



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 194/2025–G4P/DA

ASSUNTO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 28.275/2006-e

EMENTA: 1. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL – SEL/DF. APURAÇÃO DE PREJUÍZO CAUSADO AO ERÁRIO NO REPASSE DE RECURSOS EFETUADOS PARA A FEDERAÇÃO METROPOLITANA DE FUTEBOL. **DECISÕES 4.848/2009, 4.945/2012 E 5.454/2013.** CITAÇÕES E AUDIÊNCIAS. DEFESAS E RAZÕES DE JUSTIFICATIVA. **DECISÃO 4.264/2016.** PROCEDÊNCIA E PROCEDÊNCIA PARCIAL DE ALGUMAS DEFESAS E RAZÕES DE JUSTIFICATIVA. IMPROCEDÊNCIA DAS DEFESAS APRESENTADAS PELA FEDERAÇÃO BRASILIENSE DE FUTEBOL E POR UM RESPONSÁVEL. **CIENTIFICAÇÃO PARA RECOLHIMENTO DO DÉBITO APURADO NOS AUTOS. RECURSOS DE RECONSIDERAÇÃO. DECISÕES 1.166/2018 E 2.085/2020.** PROVIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DE ALGUNS APELOS E DESPROVIMENTO DE OUTRO. **CIENTIFICAÇÃO PARA RECOLHIMENTO DO DÉBITO. TRANSCURSO DO PRAZO PARA O PAGAMENTO. DECISÃO 3.117/2021. JULGAMENTO IRREGULAR DAS CONTAS. NOTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PARA O RECOLHIMENTO DO DÉBITO. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. DECISÃO 4.032/2024. NÃO OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. NÃO PROVIMENTO DO APELO. NESTA FASE: NÃO COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO DO DÉBITO. ENCAMINHAMENTO PARA O CADEM.**
2. UNIDADE TÉCNICA SUGERE O **CONHECIMENTO** DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA A COBRANÇA DO DÉBITO E **ARQUIVAMENTO** DOS AUTOS.
3. PARECER **CONVERGENTE** DO MPC/DF.

1. Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial – TCE instaurada pela então Secretaria de Esporte e Lazer do Distrito Federal – SEL/DF, em razão de possíveis prejuízos causados ao Erário no repasse de recursos à Federação Metropolitana de Futebol, nos anos de 2001 e 2002.

2. Em 25/8/2016, tendo em vista a citação dos responsáveis determinada por meio das Decisões nºs 4.848/2009 (peça 14), 4.945/2012 (peça 110) e 5.454/2013 (peça 118), o Tribunal deliberou, por intermédio do **Decisum** nº 4.264/2012 (peça 132), conforme a seguir:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da defesa do Sr. Sérgio Luiz Lisboa de Almeida acostada às fls. 711/749; b) da Informação n.º 044/2015 – SECONT/2ª Divisão de Contas (fls. 765/781); II – nos termos do art. 13, §3º, da LC n.º 01/94, considerar revêis os Srs.

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

*Marcelo Fagundes Gomides, Márcio Heuser Boamorte, Moacyr Ruthes, Luiz Antônio de Oliveira, CFZ de Brasília Sociedade Esportiva, Sociedade Esportiva Brazlândia e Ceilândia Esporte Clube; **III – considerar:** a) procedentes as defesas dos Srs. Agrício Braga Filho, Abelardo Lopes Monteiro Filho, Antônio José Gomes de Matos, WAG Esporte e Promoções Ltda. e Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro – ARUC, isentando-os de responsabilidade nos autos; b) procedentes as defesas do Brasiliense Futebol Clube, José Eduardo Bariotto Ramos, Michael José Bastos, Sociedade Esportiva do Gama, Sobradinho Esporte Clube, Carlos Andrade Oliveira, Wagner Antônio Marques, Divino Alves dos Santos, Clube de Regatas Guará e Sérgio Luiz Lisboa de Almeida para excluí-los do polo passivo da TCE em exame, estendendo os seus efeitos à Associação Desportiva e Comércio Bandeirante, CFZ de Brasília Sociedade Esportiva, Márcio Heuser Boamorte, Sociedade Esportiva Brazlândia, Moacyr Ruthes, Ceilândia Esporte Clube, Adelson de Almeida, Associação Atlética Luziânia, Arnaldo Barbosa e Brasília Futebol Clube; c) procedentes as razões de justificativa dos Srs. Weber de Azevedo Magalhães (na condição de ex-Secretário de Esporte) e Bruno Walter da Silva Pimenta quanto ao item II, alíneas ‘a’ e ‘b’, da Decisão n.º 4848/09; d) parcialmente procedentes as razões de justificativa da Sra. Rosângela de Lima Ferreira quanto ao item II, alínea ‘d’, da Decisão n.º 4848/09; e) **improcedentes as defesas da Federação Brasiliense de Futebol e do seu Presidente à época, Sr. Weber de Azevedo Magalhães, uma vez que não comprovaram a regular aplicação dos recursos repassados àquela entidade por meio do Convênio n.º 01/2002 (item III, da Decisão n.º 4848/09); f) procedentes as defesas dos Srs. Marco Aurélio da Costa Guedes, à época Secretário de Esporte e Lazer, e Marcelo Fagundes Gomide, então Chefe de Gabinete da SEL, afastando, em consequência, a solidariedade dos mesmos quanto ao débito identificado nos autos; IV – excluir o Sr. Paulo Roberto Alves do polo passivo da TCE em exame em razão de seu falecimento; V – com fundamento no art. 57, incisos II e III, da LC n.º 01/94, aplicar multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil) reais à Sra. Rosângela de Lima Ferreira e ao Sr. Luiz Antônio de Oliveira em razão da inobservância do art. 18, §§ 1º e 5º, do Decreto n.º 16.098/94; VI – aprovar, expedir e mandar publicar os acórdãos apresentados pelo Relator; VII – autorizar, nos termos do § 1º do art. 13 da LC n.º 01/94, a cientificação dos responsáveis identificados no item “III-e” acima, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, efetuem e comprovem o recolhimento do débito apurado nos autos, que deverá ser atualizado na data da efetiva quitação, nos termos da Lei Complementar n.º 435/2001; VIII – retornar o feito à Secretaria de Contas, para os devidos fins. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos, por força do art. 144, inciso I, do CPC.” (Grifos acrescidos).***

3. Irresignados com os termos da deliberação supra, interpuseram recursos de reconsideração a Federação Brasiliense de Futebol e o Sr. Weber de Azevedo Magalhães, cujas razões, examinadas após o sobrestamento determinado no item II da Decisão nº 1.166/2018 (peça 247), foram objeto do **Decisum** nº 2.085/2020 (peça 264), prolatado nos seguintes termos:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – dar provimento parcial ao recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Weber de Azevedo Magalhães (fl. 1.003/1.014), exclusivamente para revisar o valor do débito apontado na Decisão nº 4.264/16; II – negar provimento ao recurso de reconsideração interposto pela Federação de Futebol do Distrito Federal; III – cientificar, com fulcro no art. 13, § 1º, o Sr. Weber de Azevedo Magalhães e a Federação de Futebol do Distrito Federal, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolham, solidariamente, o débito no valor de R\$ 1.345.609,91 (fl. 1.141), sobre o qual incidirá atualização monetária e juros de mora até a data da efetiva quitação, nos termos do art. 212, inciso



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

I, da Resolução nº 296/2016; IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências pertinentes. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos, por força do art. 152, I, do RI/TCDF.” (Grifos no original e acrescidos).

4. Após, tendo os recorrentes sido devidamente cientificados e **não havendo o recolhimento do débito imputado**, o Tribunal, por meio da Decisão nº 3.117/2021 (peça 300), deliberou pela **irregularidade** das contas dos responsáveis, conforme a seguir:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do não recolhimento por parte do Sr. Weber de Azevedo Magalhães e da Federação de Futebol do Distrito Federal do débito imputado pelo item III da Decisão 2085/2020, conforme cientificados (e-docs F198563A-c e E5C05504-c); II – **julgar, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas ‘b’ e ‘c’, da Lei Complementar n.º 1/1994, irregulares as contas do Sr. Weber de Azevedo Magalhães e da Federação de Futebol do Distrito Federal, notificando-os para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolham, solidariamente, o valor de R\$ 1.345.609,91 (item III da Decisão n.º 2085/20 e fl. 193 do e-doc 3B9F3EDF-e), autorizando, desde já, a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da mesma lei, caso não haja manifestação dos interessados; III – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; IV – autorizar o retorno dos autos à SECONT, para as providências cabíveis. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos, por força do art. 152, I, do RI/TCDF.” (Grifos no original e acrescidos).***

5. Novamente irressignado, o Sr. Weber de Azevedo Magalhães interpôs Recurso de Reconsideração (peça 311), conhecido pelo Tribunal por meio da Decisão nº 4.826/2021 (peça 315).

6. Ao examinar o mérito do apelo, o Tribunal prolatou a Decisão nº 4.032/2024 (peça 334), **in verbis**:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da Informação nº 141/2024 – NUREC e do Parecer nº 730/2024- G2P; II – **em preliminar, reconhecer a não ocorrência da prescrição do feito, de acordo com o disposto na Decisão Normativa nº 5/2021, alterada pela Decisão Normativa nº 1/2024; III – no mérito, negar provimento ao recurso de reconsideração ofertado pelo Sr. Weber de Azevedo Magalhães, restabelecendo os efeitos do item II da Decisão nº 3.117/2021 e do Acórdão nº 298/2021**; IV – autorizar: a) a ciência desta decisão à representante legal do Recorrente, ao representante legal da Federação de Futebol do Distrito Federal – FFDF e à Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal – SEL/DF; b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas – SECONT, para as devidas providências. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos, por força do art. 152, I, do RI/TCDF.” (Grifos acrescidos).*

7. Em razão da restauração dos efeitos da Decisão nº 3.117/2021, foram expedidas notificações (peças 338 e 339) aos responsáveis apontados nestes autos, em cumprimento ao item II da referida deliberação.

8. Contudo, ao analisar o adimplemento da obrigação apurada no feito, a Unidade Técnica verificou o não recolhimento de qualquer quantia por parte dos responsáveis, razão pela qual concluiu, por meio da Informação nº 29/2025-SECONT/3ªDICONTE (peça nº 354),



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

ser necessária a adoção de providências por parte da Coordenadoria de Acompanhamento de Débitos e Multas – CADEM para a devida cobrança de tais valores.

9. Ao final, sugeriu ao Plenário que:

“I. tome conhecimento:

a) do não recolhimento por parte da Federação de Futebol do Distrito Federal e o Sr. Weber de Azevedo Magalhães, do débito a eles aplicado pela Decisão nº 3117/2021 (peça 300 – e-DOC 2ACB03F6-e) e pela Decisão nº 4032/2024 (peça 334 – e-DOC 1FA15C66-e), respectivamente, conforme Acórdão nº 298/2021 (peça 301 – e-DOC nº 445B12E3-e), de 10-jun. 2020, no valor de R\$ 1.345.609,91 (um milhão e trezentos e quarenta e cinco mil e seiscentos e nove reais e noventa e um centavos – valor até 4-nov. 2019 [fl. 193 – e-DOC 3B9F3EDF-e]);

b) do encaminhamento do Memorando nº 38/2025 – SECONT (peça 349 – e-DOC 869330ED-c) à Coordenadoria de Acompanhamento de Débitos e Multas – CADEM, a respeito da documentação relativa ao débito imputado aos responsáveis retro citados, bem como da resposta pelo Despacho nº 9/2025 – CADEM (peça 350 – e-DOC AF4B07C1-e), que comunicou a autuação do Processo nº 00600-00000805/2025-41-e para cobrança do débito, em conformidade com o parágrafo único do art. 44-D da Resolução TCDF nº 273/2014, alterada pela Resolução TCDF nº 376/2024;

II. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências de praxe e posterior arquivamento dos autos.”

10. Os termos do documento técnico em comento foram anuídos pelo Diretor da 3ª DICONTE e pelo Secretário de Contas (peça 355), tendo sido os autos, posteriormente, encaminhados ao Ministério Público de Contas para pronunciamento, em cumprimento ao art. 1º, inciso I, alínea **a**, da Resolução nº 140/2001.

11. **É o relatório. Passa-se à análise do feito.**

12. **Ab initio**, registre-se que este Ministério Público de Contas **coaduna** com as conclusões alcançadas pela Instrução.

13. Desta feita, por entender elucidativos os apontamentos contidos na Informação nº 29/2025-SECONT/3ªDICONTE, transcrevo abaixo os seus excertos mais relevantes à presente análise, seguidos da correspondente manifestação deste MPC/DF:

“(…)

8. (...) constata-se que a Federação de Futebol do Distrito Federal e o Sr. Weber de Azevedo Magalhães foram devidamente cientificados, conforme Notificação nº 169/2024 – SS (peça 338 – e-DOC 96EAD2A-e), entregue em 25-nov. 2024 (Peça 347, e-DOC F4EDC3A3-e), e Notificação nº 168/2024 – SS (peça 339 – e-DOC 089846C3-e), entregue em 11-nov. 2024 (peça 348, e-DOC A690CA79-c), respectivamente, porém, até presente momento, sem comprovação do recolhimento do débito solidário imputado a ambos.

9. Pois bem. Considerando o art. 214 do Regimento Interno do TCDF c/c o art. 44-D, parágrafo único, da Resolução nº 376/2024, foi encaminhada a documentação à Coordenadoria de Acompanhamento de Débitos e Multas – CADEM para as



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

providências inerentes ao pagamento de débitos e multas imputados pelo Tribunal, à luz do Memorando nº 38/2025 – SECONT (peça 349 – e-DOC 869330ED-c).

10. Em resposta ao Memorando, por meio do Despacho nº 9/2025 – CADEM (peça 350 – e-DOC AF4B07C1-e), foi comunicada a autuação do Processo nº 00600-00000805/2025-41-e para acompanhamento do débito imputado ao Sr. Weber de Azevedo Magalhães e à Federação de Futebol do Distrito Federal, por meio da Decisão nº 3117/2021 (peça 300 – e-DOC 2ACB03F6-e) e da Decisão nº 4032/2024 (peça 334 – e-DOC 1FA15C66-e), respectivamente, conforme Acórdão nº 298/2021 (peça 301 – e-DOC nº 445B12E3-e).

11. Nesse sentido, não restam outras providências a serem adotadas nestes autos, podendo ser arquivados.” (Grifos acrescidos).

14. Dos trechos acima destacados e da documentação acostada à presente TCE, verifica-se que os responsáveis indicados nestes autos, em que pesem tenham sido devidamente notificados, não comprovaram o recolhimento do débito que lhes fora imputado pela Decisão nº 3.117/2021 (peça 300) e respectivo Acórdão nº 298/2021 (peça 301).

15. Desta feita, em atenção à sistemática estabelecida pelo art. 214 do RI/TCDF c/c art. 44-D, parágrafo único, da Resolução TCDF nº 376/2024, identifica-se que a documentação correspondente foi encaminhada pela Secretaria de Contas¹ à Coordenadoria de Acompanhamento de Débitos e Multas – CADEM para o devido acompanhamento dos respectivos pagamentos, a ser realizado no bojo do Processo nº 00600-00000805/2025-41-e².

16. **Ex positis**, o Ministério Público de Contas **converge** com a análise empreendida pela Instrução e, desse modo, sugere ao Plenário que **acate** as proposições contidas na Informação nº 29/2025-SECONT/3ªDICONTE (peça 354) no sentido de tomar conhecimento dos documentos que menciona e autorizar o **arquivamento** do presente feito.

É o Parecer.

Brasília, 20 de março de 2025.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador em substituição

¹ Memorando nº 38/2025 – SECONT (peça 349).

² Conforme explicitado no Despacho nº 9/2025 – CADEM (peça 350).